



Projeto Mário Travassos

Artigo de Opinião

**A metodologia avaliativa para alunos da educação especial
e ensino regular**

**Professor Doutor Aloízio de Oliveira Soares
(Opinião de inteira Responsabilidade do autor)**

Conforme o programado pelas Normas de Avaliações, há algumas semanas apliquei a quinta avaliação (A5) de Química, para os conteúdos do Itinerário Carreiras Universitárias (CAUNI), no segundo ano do Ensino Médio. As turmas são compostas por aproximadamente noventa alunos, dispostos em três salas, sendo dois matriculados na Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), que, apesar de estarem dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentam desempenhos e envolvimento de forma diferentes na disciplina de Química. Para o formato programado, foi possível prever que os resultados dos dois alunos que estão no TEA, na A5 de Química, seriam diferentes. Graças às adaptações, prescritas no Planejamento Educacional Individualizado (PEI), pude considerar o desempenho como satisfatório.

Estar em sala de aula com algum aluno da Educação Especial, propõe-me um desafio e causa apreensão e ansiedade em mim. Eu já deveria me sentir mais à vontade, sem ter que discriminá-los, e ministrar os conteúdos propostos na grade curricular de modo que viesse atender uma boa parcela das demandas dos alunos. Enfatizo que o “já deveria” se aplica, neste contexto, devido ao meu conhecimento e envolvimento na implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008) dentro do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), na qual a instituição em que trabalho, Colégio Militar de Campo Grande (CMCG), atende a demanda deste público-alvo já há algum tempo. Cumpro as determinações de elaboração dos Planejamentos Educacionais Especializados (PEIs) e faço as adequações ao processo avaliativo. Elaborar este planejamento, na minha concepção, é desenhar um mapa com as informações obtidas das Avaliações Diagnósticas, laudos emitidos pelos especialistas do assunto e minha experiência direta com os alunos, mas, no momento da execução, a sensação é como se descesse no terreno, orientado por este “mapa” e transitasse pelas pistas de orientações que poderiam não corresponder ao planejado. Acho que ainda não me transformei em um professor satisfatoriamente inclusivo, pois o meu fazer pedagógico traz sedimentos petrificados de uma ação excludente.

Dos dois alunos que com diagnóstico para o TEA, constantes na lista de matriculados e que frequentam as aulas de Química nas salas regulares, um deles apresenta resultados satisfatórios com poucas intervenções, estando inclusive, segundo suas notas, melhor que outros alunos dos quais se esperaria melhores desempenhos. Neste ponto, abro um parêntese para a minha falta de ações mais diversificadas para atendimentos de alunos não assistidos pela SAEE ou na Seção de Apoio Pedagógico (SAP), “os quais se esperaria melhores desempenho”, mas estão constantemente incluídos em lista de convocados para Avaliações de Recuperação (ARs). A exigência de laudo para atendimento, a meu ver, se torna uma barreira, o que vem contradizer determinações da Política de Inclusão no tocante em eliminá-las.

Já o outro aluno é demandante de ações de adequações para apresentar desempenho satisfatório, sob o ponto de vista deste professor. Para os dois, o ponto comum satisfatório está em

suas socializações, fato que cumpre, segundo o Ministério da Educação (MEC), com um dos objetivos da PNEPEI, mas peço ao exigir que a aprendizagem seja medida apenas no atendimento de competências e habilidades, que traduzido em valores numéricos, variando de zero a dez, buscam o enquadramento em resultados estatísticos. Os efeitos das avaliações de aprendizagem não deveriam se restringir ao aproveitamento de alguns alunos, pois a única exatidão neste processo é que a homogeneização de procedimentos me deixa em situação confortável, no tocante a execução da avaliação. Alunos que apresentam dificuldade de aprender ou com deficiência, mas estão incluídos nas classes do ensino regular também são demandantes e merecem atenção redobrada. A partir de concepções e práticas educacionais transformadoras o meu desempenho como professor representaria progressos pedagógicos nos modos de ensinar. Verificar o aprendizado efetivo, forneceria subsídios para melhoria do meu trabalho como professor, principalmente na tomada de decisões e regulações, pois considerar as condições sociais é muito mais relevante considerando a Educação Especial (EE).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estar no TEA é estar englobado em uma série de níveis com algum grau de comprometimento seja no comportamento social, na comunicação e linguagem, na gama estreita de interesses por atividades que são únicas para cada aluno e se manifestam de formas leves, moderadas ou severas, como os alunos que estão no TEA do segundo ano.

Vou me ater às circunstâncias que me põe em contato com o aluno da EE, que demanda atenção maior para apresentar um rendimento satisfatório, na disciplina que ministro. A disciplina de Química, Itinerário CAUNI e Formação Geral Básica (FGB), tem carga horária de três aulas semanais e meu contato com esse aluno ocorre em uma aula semanal. Vejo um benéfico vínculo, em termos de contextualização, entre os conteúdos da FGB e CAUNI, com o CAUNI ilustrando a FGB. No atual ponto da grade curricular, o FGB trata de assuntos relacionados a Termoquímica, que é um ramo da Físico-química que estuda as reações químicas e os processos físicos que envolvem transferências de energia, com trocas de calor, oriundos das reações químicas. O CAUNI também trata de assuntos relacionado às trocas energéticas oriundas de reações químicas de substâncias, só que são utilizadas na alimentação, medidas em calorias, e que foram determinadas experimentalmente pela queima de substâncias, com estrutura química conhecida, que liberam energia quando ingeridas e depois metabolizadas. Em uma linguagem científica pode-se dizer que a liberação de energia torna o organismo apto para executar trabalho.

Existe uma intencionalidade para levar os alunos a reconhecerem que uma conversão energética pode acontecer entre vários sistemas. Trabalha-se em termos qualitativos e quantitativos, medidos em unidades do Sistema Internacional de Unidades (SI) e outras de uso cotidiano. Usar termos corriqueiros e reconhecer uma atribuição científica tem, propositadamente, a finalidade de aproximar a ciência do dia a dia do aluno. Apesar do festival de obviedades, a aceitação dos conceitos por parte

do aluno da EE pode não corresponder às minhas expectativas. Partiria eu em busca de traduzir o que foi absorvido em uma adequação avaliativa que transcende a simplicidade da escrita no papel, pois a chance de coincidências das respostas esperadas não são altas. A avaliação inclusiva é uma abordagem que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e eu, como professor, devo estar atento a estes detalhes. Esta é uma forma de avaliação que considera as diferenças individuais dos alunos em que se busca atender às suas necessidades específicas, principalmente na forma de se expressar. Faz-se assim pela previsão no PEI, mas e os outros alunos?

Exercer a função de professor, buscando melhor desempenho dos alunos, é uma ação carregada de subjetividade, mas o uso de parâmetros hegemônicos simplifica este universo educacional. Ser um bom professor e ser um bom aluno são situações que “não combinaram com os russos”¹. O termo clichê aplicado à educação é que “nem sempre o que é bom para um é bom para o outro”, ou seja, ser um bom professor nem sempre é ter bons alunos e ser um bom aluno nem sempre corresponde a ter um bom professor. Em situações como essas, o SCMB desconfia, por análise das estatísticas, e determina a instauração de uma Pesquisa Pedagógica de Resultado de Provas (PPRP), que está condicionada a extremos. Valores medianos podem mascarar resultados e os índices reprováveis passam para a categoria aceitável. Pode-se ter um alto desempenho do professor e alto desempenho dos alunos ou baixos desempenhos, ou alto e baixo, ou baixo e alto, respectivamente, mas o que desencadeia a PPRP é o desempenho do aluno. Ao que nos parece a eficiência do professor depende do protagonismo dos alunos. Então, o que se pode dizer sobre o desempenho dos alunos da EE que fogem desta normalidade?

A EE, na perspectiva da inclusão, propõe e espera que logo aconteça quebra de paradigmas, como a situação em que se os alunos continuarem a ter baixo desempenho, que a culpa também seja atribuída a outros fatores, além da ação do professor. A desculpa de que o aluno não cumpriu com todas as obrigações como as de não executarem as atividades propostas, não estudarem, não participarem das aulas etc., seja atribuído também aos tipos, não atrativos, de atividades, de não terem sido despertados a se interessar pelos conteúdos, de não terem sido instigados por métodos que os tornassem mais ativos e protagonistas no ato de ensinar e aprender, e que o Colégio, convicto de suas crenças, aceite comportamentos que confrontam esta tal normalidade sem serem vistas como ameaças.

No caso dos alunos da EE, vistos por todos os ângulos pelas lentes das deficiências, dificilmente poderão usufruir da socialização da educação. Na relação professor-aluno, deixaria de existir a figura de um detentor de conhecimento, confiscado pelo professor, para se tornar propagador de

¹ quando algo que parecia combinado não acontece.

informações. Atos discriminatórios em que se trabalha parte separadamente com alguns alunos e o não estabelecimento de regras específicas para planejar a aprendizagem de todos ou para as diversificações metodológicas para as avaliações, não representam inclusão. A minha ação deve ser única, e, fazendo uma analogia proposta por Içami Tiba², eu ficaria no *box* de um grande prêmio de “Fórmula Um”, atento às necessidades dos “pilotos” (alunos). Nessa relação de interdependência, a extensão em que os envolvidos devem interagir está na dependência mútua para completar o trabalho de maneira satisfatória, pois estar na pista ou no *box* são protagonismos colaborativos. No protagonismo estudantil, o papel do professor é atuar como mediador e não apenas como único condutor do aprendizado, então eu devo criar um ambiente aberto para diálogos e opiniões, além de auxiliar os alunos na construção da própria aprendizagem.

Forçosamente tenho que abandonar o processo de normalização ao qual os alunos da EE têm sido “incluídos”, para identificação de uma identidade “normal”, para não me frustrar perante os resultados. A perspectiva é adotar uma postura de escola pautada na igualdade de oportunidades dentro do projeto político-pedagógico do Colégio, mesmo que se escolha adaptações das quais, na minha concepção inclusiva consciente, eu ofereça alguma atitude “facilitadora” para desempenhos satisfatórios sem culpa.

Ainda me atrelo ao uso de provas de restritas modalidades e de agendamentos. Se para muitos existem dificuldades em se condicionar para execução de provas com hora marcada, o que dizer de alunos com deficiências? Na modalidade inclusiva de avaliação, é importante que se reconheça que os alunos aprendem de maneiras diferentes e que as avaliações tradicionais podem não ser adequadas para todos. Alunos com necessidades especiais, por exemplo, podem ter dificuldades em realizar testes escritos ou em se comunicar de forma clara. Essa modalidade permite que esses alunos demonstrem seu conhecimento de outras maneiras. Tenho voltado minha atenção a isso e me propondo a valorizar estas ações.

O que mais se tem considerado, dentro do previsto nas normas de avaliação para a EE, é o quesito atemporalidade, que é a concessão de mais tempo, voltados para o único modo de se avaliar o desempenho escolar destes alunos e a A5 é um exemplo disso. Eles terão mais tempo para aprender? Apesar desta proposta de atemporalidade, o ano letivo se encerrará dentro de alguns meses e ainda estarei atrelado à seriação e à articulações de conteúdos que, no processo de aprendizagem, terá o ritmo e as condições de desenvolvimento de aprendizes típicos e atípicos.

Suprimir o caráter classificatório de notas e de provas e substituí-lo por uma visão diagnóstica da avaliação escolar é indispensável quando se ensina a turma toda. Para ser coerente com essa ação, eu priorizaria a avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações-

² médico psiquiatra, psicodramatista, colunista, escritor de livros sobre Educação, familiar e escolar.

problema, em detrimento da memorização de informações e da reprodução de conhecimentos sem compreensão, que, a meu ver, tem como objetivo apenas tirar boas notas e ser promovido. O que estou argumentando é a necessidade de se avaliar o andamento do processo. A socialização marca encontros avaliativos (dias de A5) com ensalamento e previsão de tempos de execução. Para não fugir muito da normalidade, a EE também adotaria diversos instrumentos avaliativos, não excluindo os predeterminados, deixando transparecer que existe participação nas atividades com os demais alunos típicos. Estariam os professores do ensino regular dispostos a atuarem nesta modalidade?

Esta ação na avaliação dos alunos da EE é de extrema importância, pois é fundamental que eu esteja capacitado para lidar com a diversidade dos alunos e que possa avaliá-los de forma justa e equitativa com objetivo de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades e necessidades especiais. O fato de alguns professores se autodeclararem não capacitados para este atendimento os torna participantes da educação excludente. É preciso que os professores tenham a consciência de que cada aluno é único e que, por isso, as estratégias de avaliação devem ser adaptadas, para a grade escolar prevista e diversificada para atendimento de suas necessidades individuais.

A avaliação é também um instrumento de aperfeiçoamento e de depuração do ensino e quando eu a torno mais adequada e eficiente, diminuo substancialmente o número de alunos excluídos. Embora eu possa encarar isso como um desafio, sua execução trará benefícios para os alunos e para o Colégio como um todo por ser uma escolha valiosa. As avaliações dos meus alunos são essenciais para medir o sucesso de minha abordagem e identificar áreas onde melhorias podem ser feitas. É importante que eu entenda que os resultados das avaliações não devam ser usados para julgar ou rotular os alunos, mas sim para que eu possa oferecer suporte e recursos para que eles possam alcançar seu pleno potencial.

Espera-se que as avaliações mostrem que a educação inclusiva pode ser bem-sucedida quando nós, professores e Colégio, tivermos os recursos e o treinamento necessários para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, é importante que sejam tomadas medidas para garantir que os alunos da EE tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades educacionais. Com esforços conjuntos, podemos tornar a educação inclusiva uma realidade bem-sucedida. O aluno, a princípio, vê a escola como um segmento social, só muito tempo depois o reconhece como um mundo acadêmico. Eu, como professor, permanecerei na escola, mas os alunos passarão e encontrarão outros segmentos que os incluirão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – OPAS/OMS. Disponível em
<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista> acessado em 9 de ago de 2023.